

AMBIGÜIDADE ÉTICA E DUPLICIDADE NARRATIVA EM MACHADO DE ASSIS

Marcos Rogério Cordeiro*

RESUMO: Estudo sobre o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* com interesse em investigar como a trama narrativa internaliza problemas éticos e sociais. Machado de Assis usa elementos retóricos e poéticos para persuadir o leitor a uma ética às avessas, estabelecendo um processo de transgressão a partir do poder na linguagem. Veremos como questões extra-artísticas são incorporadas e se tornam estruturas internas da obra literária.

Palavras-chave: Ética; Sociedade; Machado de Assis.

RESUMÉ: Étude sur le roman *Memórias póstumas de Brás Cubas* avec l'intérêt de recherche comment la trame intériorise des problèmes éthiques et sociaux. Machado de Assis emploie des éléments retoriques afin de persuader le lecteur à une éthique à rebours, qui établit un procès de transgression à partir du langage. Nous verrons comment des questions extra-artistiques sont incorporées et deviennent des structures internes de l'oeuvre littéraire.

Mots-clés: Éthique; Sociétés; Machado de Assis.

Refletir sobre as relações entre história e ética torna imprescindível uma discussão sobre a sociedade, uma vez que os valores, noções e fundamentos éticos se constituem a partir das relações estabelecidas objetivamente. A literatura se insere nessa ordem de problema de dois modos distintos e complementares: por um lado, a literatura se mostra uma espécie de redução estrutural e formal da sociedade, internalizando, e tornando próprios, aspectos ideológicos, econômicos, culturais e outros; por outro, toda obra literária se ocupa de questões éticas, isto é, configura temas e problemas de ordem intersubjetiva. Existe, portanto, uma interdependência entre essas três esferas: a histórica, a ética e a estética, que formam, digamos assim, um campo de forças único, que se explica e se constitui recíproca e mutuamente.

Na história da literatura brasileira, talvez Machado de Assis (1839-1908) tenha sido o primeiro a trabalhar de maneira profunda e articuladas esse campo de forças. Em sua obra, existe um trabalho de análise minucioso sobre a ética, a que corresponde uma variação estilística e de enfoque crítico apurado de livro para livro. Esse tema já aparece com força nas obras iniciais do escritos, mas de um modo muito diverso de como volta à baila nos romances ditos “maduros”, isto é, publicados depois de 1880. Para ficarmos com apenas alguns

* Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto de Literatura Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

exemplos, tome-se o segundo romance do escritor, *A mão e a luva*¹ (1874), no qual observamos a trajetória da ascensão social de uma personagem, Guiomar: órfã, ela é acolhida na esfera do favor por uma madrinha rica que faz dela – na falta de outro parente mais próximo – sua herdeira universal. A relação entre a moça e a baronesa é permeada de situações ambíguas, nas quais ficam implícitas um jogo em que se misturam interesse pessoal e civilidade social. A ambigüidade fica bem, marcada no caráter de Guiomar, que intercala, mistura e substitui, conforme a necessidade, auto-interesse, sinceridade e astúcia com relação às normas sociais. Interessante o juízo que o narrador constrói a seu respeito a certa altura da trama:

A natureza e a sociedade deram-se as mãos para a desviar dos gozos puramente íntimos. [Guiomar] pedia amor, mas não o quisera fruir na vida obscura; a maior das felicidades da Terra seria para ela o máximo dos infortúnios, se lha pusessem num ermo. (ASSIS, 1994: 248)

Guiomar amava deveras. Mas até que ponto era involuntário aquele sentimento? Era-o até o ponto de lhe não desbotar à nossa heroína a castidade do coração, de lhe não diminuirmos a força de suas faculdades afetivas. Até aí só; daí por diante entrava a fria eleição do espírito. Eu não a quero dar como uma alma que a paixão desatina e cega, nem fazê-la morrer de um amor silencioso e tímido. Nada disso era, nem faria. Sua natureza exigia e amava essas flores do coração, mas não havia esperar que as fosse colher em sítios agrestes e nus, nem nos ramos do arbusto modesto plantado em frente da janela rústica. Ela queria-as belas e viçosas, mas em vaso de Sèvres, posto sobre móvel raro, entre duas janelas urbanas, flanqueando o dito vaso e as ditas flores pelas cortinas de caxemira. (ASSIS, 1994: 253-254)

Para efeito de comparação, lembre-se de Estela, uma das protagonistas de *Iaiá Garcia*² (1878): compungida numa situação em que o enlace amoroso encontrava impedimentos na vontade da matriarca de uma família abastada, Estela recua e submete seu auto-interesse às normas sócio-econômicas dominantes.

[Estela] era orgulhosa, tão orgulhosa que chegava a fazer da inferioridade uma auréola; mas o orgulho não lhe derivava de inveja impotente ou de estéril ambição; era uma força, não um vício. (...) Foi esse sentimento que lhe fechou os ouvidos às sugestões do outro. Simples agregada ou protegida, não se julgava com direito a sonhar outra posição superior e independente; e dado que fosse possível obtê-la, é lícito afirmar que recusara, porque a seus olhos seria um favor, e a sua taça de gratidão estava cheia. (...) O orgulho de Estela não lhe fez somente calar o coração, infundiu-lhe a confiança moral necessária para viver tranqüila no centro mesmo do perigo. (ASSIS, 1994: 411)

O contraste entre as duas personagens põe em relevo o tom e o teor da configuração ético-social nos primeiros romances machadianos: o dilema está em estabelecer meios seguros de sobrevivência em uma sociedade estratificada com forte acento assimétrico e como o indivíduo se movimenta nesta sociedade que o protege e rebaixa ao mesmo tempo. No

¹ Recolhido da edição da *Obra completa*, p. 197-269.

² *Obra completa*, p. 391-508.

primeiro caso, a arte da personagem consiste em adequar as normas sociais vigentes e seu próprio interesse, de modo a fazer valer sua vontade; no segundo, está em adequar as mesmas normas e os mesmos interesses submetendo esses àquelas. Tomados em ordem de publicação – e somando a esses, outros romances publicados na década de 1870 – parece haver uma alteração na visão de Machado de Assis sobre o problema em questão. Se no romance de 1874 o escritor demonstra possuir uma certa convicção na afirmação do indivíduo (afinal o auto-interesse não é outra coisa)³ diante dos percalços da sociedade (uma sociedade iliberal como o era a sociedade oitocentista no Brasil)⁴, no romance de 1878 essa convicção, ou esperança, esvanece diante do choque de realidade. Arrisco a dizer que, na comparação das obras, ficam evidentes a visão e o juízo machadianos sobre a sociedade brasileira que demonstrava não seguir os ditames que o liberalismo moderno afirmava em causa própria, ditames esses que o caracterizava como tal, mas, cuja defasagem com que nos postávamos diante deles mostrava o grau e a razão de nosso atraso histórico. O problema da modernização, portanto – e como aqui vai exposto – passa necessariamente pelo problema da constituição de uma normatização da ética liberal e burguesa (baseada na afirmação do sujeito), a qual a realidade nos impedia de filiar.⁵

Se essa hipótese está certa, podemos observar seu desdobramento mais fundo no romance seguinte de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*⁶ (1881). Trata-se do seu primeiro romance escrito em primeira pessoa e essa novidade é muito importante para os fins que aqui interessa: levando em consideração a curva crítica apontada atrás – um ceticismo ou pessimismo mais agudo diante das possibilidades de afirmação do sujeito em uma sociedade assimétrica –, a escolha de um narrador homodiegético significa mudar a perspectiva narrativa, internalizando os problemas tratados com distanciamento e discernimento e os tornando motivação de construção da personalidade narrativa. Assim, em vez de analisar de fora, o narrador em primeira pessoa dramatiza todas as vicissitudes da sociedade que se faz representar na trama do romance. Essa, por sua vez, não é simples, pois traz um tecido intrincado no qual Brás Cubas mostra uma duplicidade básica: ele é o narrador e o protagonista do romance e, embora possamos dizer que se trata de um e o mesmo, também podemos dizer o contrário, que Brás é duas instâncias distintas. Entre um (o narrador) e outro

³ A esse respeito ver os ensaios de Sérgio Paulo Rouanet (2002) e de Gerd Bornheim (2002), além do livro de Eduardo Giannetti da Fonseca (1995).

⁴ Para uma visão ampla do problema, ver – entre outros – os estudos de Emília Viotti da Costa (1994), Maria Isaura Pereira de Queirós (1976) e José Murilo de Carvalho (1996); para um debate mais específico e bastante produtivo, comparar Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997) e Roberto Schwarz (1988).

⁵ Em outro campo, mas com informações preciosas sobre o problema, ver o estudo de Jurandir Freire Costa (1979) e a obra coletiva encabeçada por Roberto Machado (1978).

⁶ *Obra completa*, p. 511-639.

(o narrado) existe uma disjunção temporal, que se desdobra em disjunção ético-existencial. A função do primeiro é dar a conhecer a formação do segundo; formação entendida aqui no sentido clássico, como a constituição de um caráter que seja, ao mesmo tempo, reprodução internalizada dos valores éticos normativos da sociedade a que pertence, e também no sentido moderno, como um caráter capaz de eleger – muitas vezes por meio de uma ruptura com a sociedade – os valores que se lhe afeiçoam ao espírito. Trata-se, portanto, de um movimento duplo, com dois centros de gravidade e duas fontes de força ordenadora: uma de dentro para fora e outra de fora para dentro, agindo e reagindo reciprocamente. A pergunta que nasce daí é como se deu a formação de Brás Cubas e como ela representa a feição de uma formação social. Podemos acompanhar esse processo em mais de um momento nos capítulos iniciais, quando Brás apresenta a genealogia da família – que esconde a origem popular e laboriosa em favor de uma fidalguia fingida – ou quando narra sua infância.

Um poeta dizia que o menino é o pai do homem. Se isso é verdade, vejamos alguns lineamentos do menino.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de ‘menino diabo’; e verdadeiramente não era outra cousa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’; e eu tinha apenas seis anos. (...) Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.

Não se conclua daqui que eu levasse todo o resto da minha vida a quebrar a cabeça dos outros nem a esconder-lhes os chapéus; mas opiniático, egoísta e algo contemptor dos homens, isso fui. (...)

Outrossim, afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a explicá-la, a classificá-la por partes, e entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares. Minha mãe doutrinava-me a seu modo, fazia-me decorar alguns preceitos e orações; mas eu sentia que, mais do que as orações, me governavam os nervos e o sangue, e a boa regra perdia o espírito, que a faz viver, para se tornar uma vã fórmula. De manhã, antes do mingau, e de noite, antes da cama, pedia a Deus que me perdoasse, assim como eu perdoava aos meus devedores; mas entre a manhã e a noite fazia uma grande maldade, e meu pai, passado o alvoroço, dava-me pancadinhas na cara, e exclamava a rir: Ah! Brejeiro! Ah! Brejeiro! (ASSIS, 1994: 526-527)

O fragmento é rico e sortido. Nele encontramos material diversificado que ajuda a compor o perfil ético de Brás em formação: Brás agride escravos, desrespeita deliberadamente os amigos da família, desobedece a pai e mãe e até coage Deus a perdoá-lo. Importante destacar seu estilo retórico: para justificar seus atos, ele recorre a uma série de expedientes, mostrando que os escravos são inferiores, os amigos condescendentes, o pai negligente e à mãe falta fibra. Seu perfil ético está delineado pelo tipo de educação que recebeu em casa,

agravando nele a sensação de hierarquia e superioridade, além da certeza de impunidade. Estamos diante de um exemplo claro e extremo de auto-interesse como direcionador das vontades e ações, como se tudo à volta do personagem estivesse a sua mercê. O exemplo mais interessante que podemos colher da citação acima é aquele em que torce o versículo da Bíblia a seu favor, colocando Deus em situação melindrosa: se ele, Brás, que é quem assume ser, perdoa a seus devedores, por que Deus não o faria? Se o fizesse, o menino estaria perdoado – tal como o próprio pai o perdoava sempre – se não o fizesse, Brás se elevaria acima de Deus. Tudo isso foi narrado depois da advertência inicial do narrador que lembrava que o homem já formado, seria, inevitavelmente, a reprodução do menino em formação.

Embora o interesse aqui seja compreender o processo de construção e desconstrução do perfil ético de Brás, não podemos subestimar os aspectos construtivos da obra em questão, sob pena de limitarmos o entendimento do dito processo, pois não se deve esquecer em momento algum que tal processo é estruturado dentro de uma poética específica, de uma forma literária coerente em si mesma. Dito isso, lembremos que o Brás-narrador é um defunto-autor, ou seja, está fora do tempo. Ele narra a partir de outro plano, como faz questão de salientar, e o faz com tamanha desenvoltura e com tanto desapego às considerações dos outros que somos convencidos de que sua condição de defunto o alça a uma posição elevada, acima do bem e do mal, livre das intempéries da norma social vigente e do auto-interesse. Desse ponto de vista, a constituição de uma ética que expresse ou dramatize as relações sociais parece livre para, inclusive, realizar a crítica necessária dessa mesma ética. Tome-se como exemplo a passagem a seguir, na qual o Brás-narrante define e desconstrói o Brás-narrado:

A universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-me com a solenidade do estilo, após os anos da lei. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso. (ASSIS, 1994: 542)

O trecho é bastante interessante porque mostra muito bem a existência de dois “eus” (o eu-narrante e o eu-narrado) imbricados e desvinculados a ponto de um realizar a desconstrução ético-moral do outro, e também porque mostra os predicados dessa ética a que me referi: o discurso do eu-narrante revela a mediocridade do eu-narrado, que fica completamente exposto. Isso não é realizado de maneira inadvertida não, pelo contrário. O

narrador sabe muito bem o que está fazendo e, mais que isso, chama a atenção do leitor para o fato:

Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma [filosofia]; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dous de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história e a jurisprudência. Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação... Talvez espante ao leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! Que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! (ASSIS, 1994: 546)

Note-se que, não bastando ao Brás-narrante desconstruir a imagem pública de seu duplo (o Brás-narrado) e não bastando se vangloriar de tê-lo feito, ele ainda explicita a razão de o fazer: porque está morto e não deve mais nada a ninguém, ele então se sente livre para expor sua própria levianidade quando vivo. Com isso ele não só desmascara a si mesmo, mas também desmascara a sociedade como um todo. Assim, os valores éticos que ele cultivou desde criança – e que definem o seu caráter – se mostram uma antítese daquilo que apregoam; mas isso não importa, porque tais valores encobrem algo que se mostra desimportante no ato de trocas sociais em favor do que é essencial. A lógica desse jogo de valoração de qualidades humanas é posta a nu quando Brás revela seu plano de invenção de um remédio para curar os malefícios do espírito:

Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplastro anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influenciou principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: ‘Emplastro Brás Cubas’. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me não de reconhecer os hábeis. Assim, a minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória. (ASSIS, 1994: 515)

A lógica é engenhosa e maliciosa também: em vez de opor dois valores, humanitarismo e lucro, Brás os emparelha e os define como dois lados de uma mesma moeda, ambas voltadas para o público – assim, a sociedade que diz prestigiar a caridade e o humanitarismo também valoriza o lucro e a fortuna –; por outro lado, dando mais uma volta

no parafuso, Brás reafirma sua superioridade de defunto desgarrado dos valores éticos caros à sociedade. Desqualificando a si mesmo, ele desqualifica a sociedade e vice-versa. Mas a questão é saber se ele realmente rompe com os valores sociais ou se se trata de uma das estratégias do narrador para se ocultar nos meandros retóricos do texto. Voltando ao que foi escrito acima, Brás se duplica em dois, narrando e narrando-se de modo a desconstruir a si mesmo. Essa interpretação, que conquistou a imaginação de muitos estudiosos,⁷ no entanto, engana, porque, ao contrário do que parece, Brás não se desfaz totalmente dos predicados que cultivou enquanto fora vivo, ou seja, ele não rompe totalmente com os valores ético-sociais nos quais foi formado e chega mesmo a reproduzi-los. Em outras palavras, uma das astúcias de Brás-narrador – talvez a maior prova delas – consiste em convencer que, enquanto defunto-autor, ele esteja fora do tempo, narrando a partir de outro plano, como faz questão de salientar, e o fazendo com tamanha desenvoltura e com tanto desapego às considerações dos outros que somos convencidos de que essa sua condição o alça a uma posição elevada, acima do bem e do mal, livre das intempéries da norma social vigente e do auto-interesse. Desse ponto de vista, a constituição de uma ética que expresse ou dramatize as relações sociais parecem livres para, inclusive, realizar a crítica necessária. Considerar essa astúcia da enunciação nos leva de volta à pergunta sobre como a formação de Brás representa o processo de formação da sociedade brasileira. A resposta está no modo como ele narra os eventos que envolvem os personagens em seu meio social, como se estabelece as relações efetivas entre as classes sociais. Claro que isso nos põe diante do papel social de Brás quando vivo, o que, por sua vez, nos poderá levar a considerar que, pelo fato do eu-narrante estar desconstruindo a imagem ético-social do eu-narrado, o primeiro possa sair limpo da história, mas não é assim. E para compreender que não é assim, é preciso – volto a insistir – trazer para primeiro plano as astúcias da enunciação, ou seja, é necessário considerar a forma literária como algo que internaliza e conserva a forma social, produzindo e ocultando (à maneira da ideologia) as relações sociais objetivas. Tomemos como exemplo dois fragmentos distintos. No primeiro, observaremos Brás se referindo a Dona Plácida, pobre senhora que toma conta da casa onde furtivamente o protagonista se encontra com uma mulher casada. Depois de lhe ouvir a história da vida cheia de infortúnios, Brás ataca:

*Podendo acontecer que algum dos meus leitores tenha pulado o capítulo anterior, observo que é preciso lê-lo para entender o que eu disse comigo, logo depois que D. Plácida saiu da sala. O que eu disse foi isto:
'Assim, pois, o sacristão da Sé, um dia, ajudando à missa, viu entrar a dama que devia ser sua colaboradora na vida de D. Plácida. Viu-a outros dias, durante*

⁷ Apenas para dar alguns poucos exemplos, menciono os estudos de Luis Filipe Ribeiro (1996), Juracy Assmann Saraiva (1993), Patrick Pessoa (2008), Hélio de Seixas Guimarães (2004) e Alfredo Bosi (2006).

semanas inteiras, gostou, disse-lhe alguma graça, pisou-lhe o pé, ao acender os altares, nos dias de festa. Ela gostou dele, acercaram-se, amaram-se. Dessa conjunção de luxúrias vadias brotou D. Plácida. É de crer que D. Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias: - Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacritão e a sacristã naturalmente lhe responderiam. – Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia’.

Súbito deu-me a consciência um repelão, acusou-me de ter feito capitular a proibidade de D. Plácida, obrigando-a a um papel torpe, depois de uma longa vida de trabalho e privações. Medianeira não era melhor que concubina, e eu tinha-a baixado a esse ofício, à custa de obséquios e dinheiro. Foi o que me disse a consciência; fiquei uns dez minutos sem saber o que lhe replicasse.

Concordei que assim era, mas aleguei que a velhice de D. Plácida estava agora ao abrigo da mendicidade: era uma compensação. Se não fossem os meus amores, provavelmente D. Plácida acabaria como tantas outras criaturas humanas; donde se poderia deduzir que o vício é muitas vezes o estrume da virtude. O que não impede que a virtude seja uma flor cheirosa e sã. A consciência concordou, e eu fui abrir a porta a Virgília. (ASSIS, 19954: 586-587)

No segundo exemplo, Brás oferece uma descrição das atividades e do caráter de seu cunhado, Cotrim.

Talvez pareça excessivo o escrúpulo do Cotrim, a quem não souber que ele possuía um caráter ferozmente honrado. Eu mesmo fui injusto com ele durante os anos que se seguiram ao inventário de meu pai. Reconheço que era um modelo. Argüiam-no de avareza, e cuida que tinham razão; mas a avareza é apenas a exageração de uma virtude e as virtudes devem ser como os orçamentos: melhor é o saldo do que o déficit. Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com freqüência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais. A prova de que Cotrim tinha sentimentos pios encontrava-se no seu amor aos filhos, e na dor que padeceu quando lhe morreu Sara, dali a alguns meses; prova irrefutável, acho eu, e não única. Era tesoureiro de uma confraria, e irmão de várias irmandades, e até irmão remido de uma destas, o que não se coaduna muito com a reputação da avareza; verdade é que o benefício não caíra no chão: a irmandade (de que ele fora juiz) mandara-lhe tirar o retrato a óleo. Não era perfeito, decerto; tinha, por exemplo, o sestro de mandar para os jornais a notícia de um ou outro benefício que praticava, - sestro repreensível ou não louvável, concordo; mas ele desculpava-se dizendo que as boas ações eram contagiosas, quando públicas; razão a que se não pode negar algum peso. Creio mesmo (e nisto faço o seu maior elogio) que ele não praticava, de quando em quando, esses benefícios senão com o fim de espertar a filantropia dos outros; e se tal era o intuito, força é confessar que a publicidade tornava-se uma condição sine qua non. Em suma, poderia dever algumas atenções, mas não devia um real a ninguém. (ASSIS, 1994, 620)

A análise do estilo retórico-poético de Brás joga luz sobre o modo como representa o jogo das relações sociais. Tal estilo não dramatiza somente a linguagem, mas também a ideologia, revelando uma duplicidade narrativa. A base dessa duplicidade está no uso sistemático e diversificado da ironia. No primeiro exemplo, Brás faz uso da “ironia verbal”,

recurso através do qual mescla crítica e humor: o humor é explícito, a crítica é velada (a crítica, no caso, é direcionada ao próprio discurso, ou seja, ao próprio enunciador, que desmascara sua própria crueldade). Ao tecer considerações sobre D. Plácida, Brás diminui os fatores externos, fazendo com que as normas éticas de uma formação social baseada na escravidão se esfumecem. Isso não quer dizer que Brás ignore o mundo do trabalho, mas sim que ele reduz sua lógica explicando-o pelo viés de seu interesse particular. No segundo exemplo, o narrador faz uso de uma “ironia formal”, procedimento por meio do qual dois discursos contraditórios são entretecidos, realçando-se e anulando-se reciprocamente. Assim, os comentários a respeito de Cotrim, a propósito de elevar sua figura social, desmascara todas as suas ações de modo irrefutável. Para além da fatura formal do discurso narrativo (que joga com os valores éticos da sociedade), temos uma fatura ético-social do próprio narrador: enquanto sua narração desenvolve um discurso distanciado com relação ao assunto (as agruras do destino dos pobres), ele se torce e retorce para justificar o injustificável (a perversidade da acumulação de capital e de prestígio dos ricos).

Assim sendo, a condição de defunto do autor das *Memórias póstumas* se revela um engodo e acaba realçando a duplicidade narrativa. Esse dispositivo formal não se limita a um jogo de estilo, mas corresponde a uma atitude que aqui denominei como ético-social, isto é, a duplicidade discursiva internaliza e torna fator de arte um comportamento de classe e sua ideologia. Dizendo de outra maneira, do ponto de vista da coerência mimética, a ambigüidade de Brás não é defeito, nem idiosincrasia, nem maneirismo; trata-se de tornar forma literária o que é forma social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. vol. 1.
- BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de sombras*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Relume Dumará, 1996.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios privados, benefícios públicos: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Unesp, 1997.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin; Edusp, 2004.

MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PESSOA, Patrick. *A segunda vida de Brás Cubas: a filosofia da arte de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: Eduff, 1996.

ROUANET, Sérgio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: Edusp; São Leopoldo: Unisinos, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.